

O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson: algumas aproximações

Affonso Cardoso Aquiles

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Rua Cel. Alberto Rosa, 154, 96010-770, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: affonsopr@gmail.com

RESUMO. As discussões sobre a vitalidade histórico-analítica do conceito de classe têm sido objeto de atenção de importantes teóricos marxistas. As notas inacabadas de Karl Marx sobre uma noção sistematizada de classe em “O Capital” influenciaram objetivamente o escopo e a intensidade destes debates. Este artigo se propõe a discutir brevemente dois autores fundamentais da tradição marxista: Edward Thompson e Ricardo Antunes. Ambos os autores desenvolveram, em tempos históricos distintos, estudos sobre a composição, forma de ser e agir da classe. A leitura desses pensadores permite apontar para alguns cruzamentos importantes no caminho que trilharam para construir uma noção de classe para a tradição marxista.

Palavras-chave: experiência de classe, classe-que-vive-do-trabalho, luta de classes.

ABSTRACT. The concept of class in Ricardo Antunes and Edward Thompson: some approaches. Discussions on the historical and analytical vitality of the concept of class have been the object of attention of important Marxist theoreticians. Unfinished notes by Karl Marx on a systematic notion of class in “Capital” objectively influence the scope and intensity of these debates. This article aims to briefly discuss two key authors of the Marxist tradition: Edward Thompson and Ricardo Antunes. Both authors developed, at different historical times, studies on the composition, manner of being and acting of class. The writings of these thinkers point to some important crossroads on the path trod to build a sense of class for the Marxist tradition.

Keywords: class experience, working class, class struggle.

Introdução

As dimensões e características do fenômeno da classe têm sido, historicamente, objeto de debates no interior do pensamento sociológico. Nas últimas três décadas, as discussões ganharam relevo com a publicação de dois textos-chave, ambos na década de 1980: “Adeus ao Proletariado – para além do socialismo”, de André Gorz e “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”, de Claus Offe. Cada qual a seu modo¹ aponta para o deslocamento do trabalho enquanto categoria central na compreensão dos fenômenos na modernidade. A dimensão empírica que sustenta a proposição teórica dos autores recai no fato de que o proletariado fabril, dos países centrais no capitalismo, sofreu (e ainda sofre) redução em seus valores absolutos, notadamente a partir da década de 1970. Afirmam, ainda, que a centralidade do operariado de fábrica na produção de mais-valia e de valores de troca estaria

em declínio com a queda nos postos de trabalho do setor industrial.

Em reação a essas proposições teóricas, muitos pensadores passaram a rediscutir a centralidade do trabalho e o fenômeno da classe, à luz das implicações da re-estruturação produtiva pela qual o capitalismo passou desde a década de 1970. Com efeito, lançaram mão de aportes teóricos robustos para sustentar as novas implicações teóricas das releituras das dimensões trabalho-classe na contemporaneidade.

Este ensaio tem como objetivo sistematizar a compreensão de classe empreendida por Ricardo Antunes, sobretudo na obra “Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho”. Este autor tem se destacado na última década por ensejar uma atualização da compreensão marxiana de classe, enfatizando a centralidade do trabalho no pensamento sociológico. Associado a isso, o ensaio buscará apontar algumas aproximações teóricas entre Antunes e o pensamento de Edward P. Thompson, partindo do fato de que ambos, cada qual em seu

¹ Não é objeto deste ensaio discutir em profundidade as singularidades teóricas de Gorz (1982) e Offe (1989).

tempo, assumiram papéis de destaque na compreensão da classe social enquanto elemento histórico, processual e relacional.

Ricardo Antunes e a classe-que-vive-do-trabalho

A construção de evidências teóricas e empíricas² que demonstrem a vitalidade contemporânea do conceito de classe, sob o prisma do pensamento marxiano, configura-se como objetivo central das obras de Ricardo Antunes. Em “Sentidos do Trabalho”, o autor constrói um nexos argumentativo que demonstra a nova composição assumida pela classe trabalhadora hoje. Com efeito, não nega que o proletariado passou por profundas transformações em seu interior, fundamentalmente nas últimas quatro décadas. Ao contrário, Antunes enfatiza e explicita algumas dessas mudanças, deixando claro, no entanto, que a efetividade, processualidade e concretude da classe permanecem vivas. Pensar o proletariado como elemento estático na história reforçaria, na visão do autor, os pressupostos teóricos que veem a classe como fenômeno em extinção, na mesma medida em que postos de trabalho são eliminados no mundo da fábrica.

Com o objetivo de dar ênfase para sua leitura contemporânea da complexidade do mundo social, Antunes lança mão de uma “noção ampliada de classe”. Procura, com isso, apresentar a nova forma de ser da “classe-que-vive-do-trabalho”. O autor deixa claro, contudo, que não se trata de uma “nova expressão conceitual”, mas de uma ampliação no foco de análise, com vistas a dar conta da diversificação e complexificação do proletariado hoje. Tal empreendimento analítico se refere, com efeito, a uma atualização da compreensão marxista de classe, ensejando apreender as transformações pelas quais as relações de produção passaram nas últimas décadas. Nas palavras de Antunes:

Compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes (ANTUNES, 2003, p. 104).

As re-estruturações e inovações pelas quais o capitalismo tem passado são variadas e influenciam sobremaneira a forma de organização e funcionamento das relações de produção e processos de trabalho. Antunes parte destas mudanças para empreender sua reflexão teórico-analítica sobre a

classe. Destaca-se, ainda, que as características assumidas pelo capitalismo pós-re-estruturação são objeto recorrente de análises no âmbito do pensamento sociológico. Manuel Castells consegue, no trecho abaixo, sintetizar a essência dessas mudanças nas duas últimas décadas:

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital (CASTELLS, 2001, p. 21-22).

Antunes não se omite a uma definição clara da composição da “classe-que-vive-do-trabalho”. Dialogando francamente com a teoria marxiana, inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho. Ressalta, no entanto, que há, nessa ampliação conceitual, uma centralidade para os trabalhadores produtivos. Desta forma, é possível verificar que o autor não elimina o trabalho manual direto, ou seja, aquele que produz a mais-valia e os valores de troca para o capital, de um núcleo aglutinador do proletariado. Entende-se que o trabalhador fabril assumiria esse papel central.

A ênfase dada por Ricardo Antunes às transformações no mundo do trabalho orienta sua proposição teórica, com efeito, a apreender a “classe-que-vive-do-trabalho” como também composta pelos trabalhadores improdutivos, ou seja, aqueles que não participam diretamente do processo de valorização do capital, notadamente os localizados no setor de serviços³. Segue o autor:

[os trabalhadores improdutivos] São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no

² Antunes lança mão de um conjunto de recursos metodológicos em seus estudos. Além de profunda revisão bibliográfica, vale destacar a utilização de dados estatísticos, tanto do caso brasileiro, como de países centrais do capitalismo, para efeitos comparativos do desenvolvimento real-concreto dos fenômenos estudados.

³ Claus Offe argumenta que o crescimento do setor de serviços nas últimas décadas, associado à redução do trabalho fabril, daria a tônica no processo de perda de centralidade do trabalho e da classe na explicação dos fenômenos sociais.

setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor (ANTUNES, 2003, p. 102).

É notável a expansão do trabalho improdutivo no capitalismo contemporâneo. Além disso, há um processo intenso de imbricação dele com o trabalho produtivo. Verifica-se esta associação, por exemplo, no papel cada vez mais relevante das telecomunicações no processo produtivo, na geração de “valores de troca” pelas grandes corporações transnacionais. Antunes adiciona à “classe-que-vive-do-trabalho”, por fim, os desempregados – expulsos da produção pela re-estruturação produtiva e pelas tecnologias excludentes – e os trabalhadores rurais, que, de maneira geral, vendem sua força de trabalho para os novos “empresários rurais”.

Consciente de que suas proposições teóricas enfrentam resistência no interior do pensamento social, sobretudo de corte marxiano, Antunes procura delimitar a “classe-que-vive-do-trabalho” apontando quem “não” faz parte dela.

A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui, também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 2003, p. 104).

Ricardo Antunes admite, então, que o mundo do trabalho assumiu dimensões mais complexas, heterogêneas e diversificadas. Há expansão dos trabalhadores de serviços, desempregados e precarizados. Este último assumindo um papel cada vez maior na composição da classe trabalhadora atual, com os terceirizados, subcontratados, *part-time*. Nem por isso a classe perde vitalidade histórica e potencialidade analítica. Para isso, ela deve ser compreendida como elemento dinâmico, integrado às contingências da história. Os processos de produção e de trabalho sofreram alterações profundas a partir da década de 1970. O proletariado fabril, manual, estabilizado perdeu espaço com a re-estruturação produtiva, ao passo que o assalariamento cresceu fortemente – ainda que nos padrões precarizados. A derrocada do fordismo/taylorismo e a ascensão dos padrões flexíveis de produção⁴ foram acompanhadas pelas

⁴ Há, na realidade, múltiplas combinações entre os diferentes padrões de produção: fordismo, taylorismo, linhas enxutas/flexíveis, trabalho doméstico etc. Não é objetivo deste ensaio aprofundar essa problematização. Para mais informações, verificar Leite (2003).

alterações no perfil da classe trabalhadora. Antunes enfatiza precisamente a relação entre as transformações no universo da produção e no universo do trabalho para explicar a nova forma de ser da classe. A produção e o trabalho não são dimensões dissociadas. Ao contrário, há uma interpenetração recíproca⁵. Portanto, as transformações históricas compreendem as duas esferas, não afetando, de forma alguma, a concretude e centralidade do fenômeno da classe.

O elemento que une esse conjunto complexo e diversificado que forma a “classe-que-vive-do-trabalho”, materializa-se na experiência de subsunção real do trabalho ao capital, vivida pelos sujeitos. Os trabalhadores – produtivos, improdutivos, desempregados pelo metabolismo societal capitalista – vivem situações que os aproximam enquanto membros de uma formação de classe, por oposição ao capital e por semelhanças na experiência de viver da força de seu trabalho. Ellen Wood, em “Democracia contra Capitalismo”, afirma que não só as relações de produção conformam a existência da classe social, mas, sobretudo, a experiência vivida pelo sujeito. Nas palavras de Wood:

As ligações e oposições contidas no processo de produção são a base da classe; mas a relação entre pessoas que ocupam posições semelhantes nas relações de produção não é dada diretamente pelo processo de produção e de apropriação (...) as pessoas nunca estão ‘reunidas’ em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de produção (WOOD, 2003, p. 89).

É perceptível que Ricardo Antunes não vê a classe como um elemento teórico imposto sobre a realidade, como um *continuum* observável em qualquer realidade. Orienta, para afirmar essa proposição, parte de sua obra com a finalidade de compreender a crise do sindicalismo⁶ e da organização política de classe, tendo em vista as profundas transformações na composição e na experiência dos sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Os complexos fenômenos sociais do século XXI demandam aparatos teórico-metodológicos correspondentes, que deem conta de orientar as

⁵ Para maiores informações sobre esse debate, verificar Boito Júnior (2005).

⁶ Verificar Antunes (1995, 1999).

investigações com profundidade (IANNI, 1997). Antunes se coloca precisamente no campo dos que promovem uma atualização desses parâmetros de análise, como defende Ianni, e corre os riscos decorrentes da opção que faz, como em toda revisão de teorias tradicionais.

Edward P. Thompson e a classe como processo e relação

Influente historiador inglês, Thompson se destacou por construir uma noção de classe que levasse em conta sua historicidade e processualidade. Buscou enfatizar o seu caráter “relacional”. Por meio de sua leitura da obra marxiana, se envolveu em importantes discussões com outros pensadores, notadamente com Louis Althusser⁷. Thompson questionou as apreensões estruturalistas do fenômeno de classe, segundo as quais os indivíduos seriam distribuídos em conjuntos estáticos de acordo com a sua posição nas relações de produção. Haveria, segundo ele, uma relação de determinação entre processo de produção e classe social e, notadamente, uma primazia de traços econômicos na definição das formações de classe. Segundo Thompson:

Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos ‘marxistas’ contemporâneos. ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção (THOMPSON, 1987, p. 10).

Estas definições estruturalistas incorreriam no erro de tratar o fenômeno da classe como uma construção teórico-abstrata, deslocada dos processos históricos reais. O dinamismo das relações entre os sujeitos, orientadas por suas “experiências vividas”, seriam reduzidas à mecânica das determinações econômicas. O marxismo estruturalista teria uma noção de classe desumanizante, em que o “fazer-se” dos sujeitos enquanto classe seria deliberadamente negado, em função de um conjunto de pré-disposições estruturais impostas sobre a realidade dos acontecimentos (THOMPSON, 1987). Assim, essa perspectiva se isolaria cada vez mais no interior de seu casulo de procedimentos científicos, teorizando sobre a classe, despreocupada com o ser social e sua história. Além disso, o entendimento estruturalista do marxismo desprezaria a história real em favor da subsunção do “agir humano à estrutura”, tirando dos sujeitos a

centralidade na condução dos processos, tornando-os meros portadores de esquemas estruturais pré-existent (THOMPSON, 1981).

Embora Thompson tenha sido criticado, em vários momentos, por não dar a devida importância às relações sociais de produção em sua compreensão do fenômeno de classe, ele procura mostrar exatamente o contrário. Há uma operacionalização teórica segundo a qual a totalidade⁸ das relações de produção determina as situações que serão “experimentadas” pelos sujeitos. Não existe um resultado pré-determinado desse processo conduzido pelos indivíduos. Precisamente nesse ponto se encontra o elemento explicativo central – e, sobretudo, a sofisticação conceitual – do arcabouço teórico de Edward Thompson. A “experiência” seria o elo entre a totalidade das relações sociais de produção e o resultado das “situações” vividas pelo ser social. Thompson assim define a noção de “experiência” em seu desenho analítico:

Os homens e mulheres (...) retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) da mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Ao discutir a proposta de compreensão de classe de Thompson, Ellen Wood afirma:

(...) determinações objetivas não se impõem sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres históricos ativos e conscientes. As formações de classe surgem e se desenvolvem à medida que homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdaram, e à medida que trabalham de formas culturais suas experiências (WOOD, 2003, p. 76).

As formações de classe só podem ser analisadas quando observada em sua historicidade, ou seja, verificar sua existência só é possível quando os processos históricos estruturados por relações de produção ganham uma dimensão ampla. Apenas

⁷ Thompson dedicou uma importante obra para o debate com os estruturalistas, sobretudo com Louis Althusser: “A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser” (THOMPSON, 1981).

⁸ O método do materialismo histórico desenvolvido por Marx encerrou uma longa discussão com o hegelianos sobre a noção de totalidade. Sinteticamente, o domínio do todo sobre as partes, configurado por meio da apreensão dos múltiplos fenômenos parciais como momentos do todo, como parcelas de um mesmo processo configuram a definição de totalidade histórica. Além disso, o ponto de vista da totalidade sobrepujaria inclusive outras determinações, consideradas até então suficientes para delimitar suas diferenças diante da ciência burguesa, como o predomínio de motivos econômicos na explicação da história. Para maiores informações verificar Lukács (2001).

dessa forma, afirma Thompson, configura-se uma repetição de posicionamentos e ações dos sujeitos que os une em formações de classe orientadas pela lógica das relações de produção. Há, com efeito, contingências históricas que não permitem verificar as classes por meio de estruturas estáticas e localizações pré-definidas mecanicamente como expressão das relações de produção.

Na medida em que, historicamente, os sujeitos “experimentam” situações determinadas pela totalidade das relações produtivas, podem se unir/organizar em torno de interesses e projetos comuns, em oposição a interesses e projetos distintos. Nota-se, nesse caso, a imbricação entre as estruturas, os sujeitos e a história enquanto processo para a formação de classes⁹. Esta seria a operacionalização teórico-conceitual proposta por Thompson. Em suas palavras:

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe (...) (THOMPSON, 2001, p. 274).

A dimensão da luta, impulsionada pelas contradições e antagonismos entre os sujeitos, adquire centralidade na perspectiva teórica de Thompson. É por meio dela que os sujeitos identificados em experiências e interesses comuns entram em contato, de forma classista, com outros sujeitos e grupos organizados por experiências e interesses diversos. Há, com efeito, processos de composição e recomposição dentro desses fenômenos de classe, ou seja, não existem classes sociais homogêneas. Thompson lembra que os sujeitos identificam os nós de interesses que os unem, por meio dos quais se organizam contra outros sujeitos reunidos em classes. O fenômeno de classe compreende, portanto, duas dimensões relacionais: interna e externa, como lembra Wood (2003, p. 88-89).

Considerações finais

Os principais pensadores da teoria marxista, em diferentes épocas, lembraram que Karl Marx não

desenvolveu a sistematização teórico-conceitual de classe para além de uma página e meia das conclusões de “O Capital”. Este fato contribuiu, como apontam Antunes e Thompson, para amplo debate do interior do pensamento social marxista a respeito da caracterização da classe, sua composição, forma de ser e de agir.

Ricardo Antunes orienta sua análise para a compreensão do fenômeno de classe no século XXI. Deixa claro, com efeito, que busca construir uma dimensão ampliada da forma de ser da classe trabalhadora hoje. Estas opções analíticas não excluem, no entanto, a processualidade histórica da classe. Como afirma Thompson, as formações de classe ganham relevo quando observadas no processo histórico, por meio do qual é possível notar as continuidades de ações e comportamentos que reúnem os sujeitos em classes. Contudo, as “experiências” vividas pelos sujeitos são influenciadas pelas contingências da história. Não há um tipo-puro de classe, tampouco uma regularidade de comportamentos dos indivíduos. Ora, se as relações de produção sofrem transformações, é possível apreender que as “situações” a que os sujeitos são dispostos também sofrem fraturas, no âmbito da processualidade dos acontecimentos. Como diz Thompson:

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais (THOMPSON, 1987, p. 10).

Nesse sentido, verifica-se que Antunes trabalha precisamente com essa noção de desenvolvimento dinâmico das relações de produção na história. Assim, a composição das formações de classe não é contínua, tampouco homogênea. Só podem ser observadas, portanto, enquanto processo. A ampliação do escopo de análise do fenômeno, proposto por Antunes na expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, busca caracterizar a classe social em contexto histórico determinado, sem perder de vista as transformações na esfera do processo de produção. Dessa maneira, ele busca dar conta das situações geradas pelas relações de produção em seu contexto, “vivenciadas e experimentadas” pelos sujeitos na virada do século XX. A citação de Mészáros, utilizada por Antunes para justificar a inclusão dos trabalhadores improdutivos na “classe-que-vive-do-trabalho” é sintomática sobre a dimensão da “experiência” dos indivíduos:

⁹ Edward Thompson trabalha com duas dimensões do conceito de classe: a) histórico, quando diretamente relacionado ao contexto em que as relações se desenvolvem; e, b) heurístico, segundo o qual a classe é usada como conceito analítico, notadamente para situações anteriores à Revolução Industrial e, fundamentalmente, pela ausência de conceitos explicativos melhores.

[os trabalhadores improdutivos] são aqueles que se constituem em agentes não-produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, mas que “vivenciam as mesmas premissas” e se erigem sobre os fundamentos materiais [dos trabalhadores produtivos] (MESZAROS apud ANTUNES, 2003, p. 102) (grifo nosso).

O elemento que leva Antunes a reunir um conjunto amplo de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho em um mesmo conjunto de classe é, precisamente, a “experiência de viver as mesmas condições de subsunção ao capital”. Ocorre, inquestionavelmente, que o mundo do trabalho se transformou brutalmente nas últimas décadas e o perfil daqueles que vivem da venda de seu trabalho sofreu alterações. Negar esse fato histórico é ignorar o dinamismo das relações de produção, suas composições e recomposições, e optar por uma compreensão anti-histórica da classe.

As contradições e conflitos gerados no processo de “experimentação” de “situações” de classes ensejam a centralidade dos processos de luta. Antunes e Thompson, também nesse ponto, têm acordo ao afirmarem que as formações de classe se organizam e consolidam em contextos de acirramento das contradições. Além disso, há a dimensão das relações internas à cada classe, ou seja, a composição dos conjuntos afeta as formas e padrões de ação de cada um no processo histórico. Assim, torna-se necessário verificar as formas de ser, as relações internas de cada formação de classe em seu contexto real. Para Ricardo Antunes:

(...) apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho (...) Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores ‘terceirizados’, os trabalhadores do mercado informal, os ‘trabalhadores domésticos’, os desempregados, sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir um segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista na luta de classes (ANTUNES, 2003, p. 216).

A preocupação de Antunes reside, fundamentalmente, na apreensão do proletariado em suas múltiplas características no contexto do século XXI, da re-estruturação e transformação dos meios

de produção. Dessa forma, é possível verificar as singularidades das lutas de classes em um dado contexto, levando em conta sua processualidade, concretude e evidência nos acontecimentos.

Por fim, vale destacar que Thompson e Antunes não organizaram com sistematicidade suas definições de classe social. Empreender possíveis aproximações é, inevitavelmente, uma tarefa arriscada, sobretudo em um ensaio de curtas dimensões. No entanto, é possível apontar alguns elementos que unem as teorias sobre classes dos dois pensadores: a) classe como categoria histórica, vinculada a contextos e seres reais; b) experiência como elemento gerador de relações entre sujeitos e estruturas na processualidade dos fenômenos; c) lutas e contradições como resultado de situações experimentadas pelos indivíduos, ensejando processos de interações entre classes; d) dupla dimensão da classe, interna (compreender suas variações na composição e forma de ser) e externa, na relação entre sujeitos reunidos em classes distintas, por meio de projetos e interesses diversos.

Referências

- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Pontes, 1995.
- ANTUNES, R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BOITO JÚNIOR, A. **O sindicalismo na política Brasileira**. Campinas: Editora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2005.
- CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- IANNI, O. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, L. C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. p. 13-25.
- LEITE, M. P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental?. In: OFFE, C. (Ed.). **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1, p. 13-41.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 271-272.

WOOD, E. M. Classe como processo e como relação. In:

WOOD, E. M. (Ed.). **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Received on April 20, 2010.

Accepted on October 28, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.